

POR UMA HISTÓRIA CONECTADA DO ÍNDICO NA MODERNIDADE (SÉCULOS XV A XVII)

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Across the Green Sea: Histories from the Western Indian Ocean, 1440-1640*. Austin: Texas University Press, 2024, 274 p.

Um dos grandes desafios enfrentados pelos historiadores brasileiros nas últimas três décadas tem sido o movimento de se desconectar das narrativas europeizantes acerca da Ásia e da África. Há ainda poucas traduções para o português de obras fulcrais e de autores que fogem das abordagens tradicionais e, mais ainda, falam a partir de um ponto de vista construído naquilo que se convencionou chamar de “margens” ou “periferias” em relação ao Ocidente cristão. O indiano Sanjay Subrahmanyam certamente é um dos pesquisadores que, desde a década de 1990, vem interferindo ativamente nesse processo por meio da ideia de “história conectada”, com uma prolífica produção historiográfica que já ultrapassa as três dezenas de títulos,

distribuídos entre livros autorais e coletâneas organizadas, dos quais apenas quatro foram publicados em Portugal e permanecem de acesso bem restrito no lado de cá do Atlântico.¹ Este *Across the Green Sea: histories from the Western Indian Ocean, 1440-1640*, assim, se constitui em mais uma, dentre tantas outras obras de Subrahmanyam, que, provavelmente, não veremos traduzida para o português, mas que,

1 Tratam-se de: Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito: a presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa: Edições 70, 1994; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma História Política e Económica*, Lisboa: Difel, 1996; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa: CNCDP, 1998 [1ª ed.] e Lisboa: Saída de Emergência, 2024 [2ª ed.]; e Sanjay Subrahmanyam, *Impérios em Concorrência: Histórias Conectadas nos séculos XVI e XVII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

ainda assim, merece ser divulgada, discutida e mais conhecida no Brasil.

Como mais uma análise que vai se somar à sua longa trajetória na pesquisa sobre o contexto histórico do Índico na Idade Moderna, essa obra de Subrahmanyam não se constitui apenas em uma crítica às abordagens comparadas e eurocêntricas dominantes mas sim, especialmente, de uma proposição clara para uma prática historiográfica pautada pela interdisciplinaridade e pela crítica documental e conceitual engendradas a partir dos espaços que, dentro das narrativas tradicionais, sempre foram tratados como periferias coloniais (pp. 18-24). Nesse sentido, o catedrático em ciências sociais e professor de história da Universidade da Califórnia em Los Angeles – com passagens por Filadélfia, Cambridge, École de Hautes Études em Sciences Sociales e Oxford –, destaca como as fontes não-europeias e as tradições textuais locais são essenciais para uma compreensão abrangente e crítica do Oceano Índico e de suas complexas redes políticas, comerciais e culturais ao longo da Modernidade.

A crítica de Subrahmanyam à história comparada tradicional e à

história global eurocêntrica não visa apenas à negação ou à contraposição superficiais a ambas as abordagens historiográficas, mas a uma proposta construtiva para uma prática mais inclusiva e crítica, pautada pela multiplicidade de temporalidades, espacialidades e categorias analíticas (p. 18-19). Dessa maneira, ele não apenas diagnostica as dificuldades e limitações das abordagens predominantes, mas propõe caminhos para uma prática historiográfica mais interdisciplinar, que não naturalize ou isole contextos históricos e ofereça uma agenda clara para uma historiografia conectada, construída por meio de uma ruptura conceitual necessária para a compreensão crítica de uma região tão plural e dinâmica como o Oceano Índico, ampliando os horizontes de pesquisas e interpretações que o tenham como objeto.

Após apresentar estrutura e método para a construção de uma história conectada do Oceano Índico na Introdução, intitulada “Conceptual Issues in Connected Histories” (pp. 1-24), o autor se lança ao primeiro capítulo, “An Epoch of Transitions, 1440-1520” (pp. 25-94), com o intuito de apresentar um contraponto conceitual às abordagens eurocêntricas

e estruturais tradicionalmente utilizadas para representar as relações e processos históricos existentes no Oceano Índico Ocidental entre 1440 e 1520. Ele argumenta que as visões predominantes até hoje reduzem um sistema comercial e político extremamente complexo a uma lógica simplista de dominância e periferia, não contemplando a pluralidade das comunidades locais e suas especificidades conceituais e institucionais (p. 25-27).

Nesse sentido, ao conduzir uma crítica conceitual a essas tentativas de simplificação do contexto histórico do Índico, Subrahmanyam afirma que aquele espaço não poderia jamais ser reduzido a uma lógica definida pela centralização comercial ou política, pois se trata de uma realidade marcada por dinâmicas engendradas a partir de sua própria adaptabilidade conceitual e temporal às comunidades locais específicas (pp. 31-32), afirmando-se a necessidade de uma história conectada e criticamente fundada (p. 94).

Avançando sua análise para o século XVI, em “The View from the Hijaz, 1500-1550” (pp. 95-132), segundo capítulo da obra, Subrahmanyam propõe um exercício metodológico singular: olhar para o

Oceano Índico ocidental a partir de uma região aparentemente marginal, o Hejaz,² e compreender como suas elites religiosas, políticas e mercantis se posicionaram no jogo de forças que atravessou o espaço oceânico entre 1500 e 1550. Ao invés de privilegiar os grandes impérios ou as rotas comerciais, o autor escolhe uma perspectiva regional crítica para reconstruir os significados locais da expansão imperial, da mobilidade transoceânica e das tensões confessionais. Trata-se de um gesto historiográfico consciente de descentralização, pois enxerga o Hejaz, terra do Hajj e das cidades sagradas de Meca e Medina, não apenas como receptor de fluxos, mas sim como produtor de discursos, negociações e mediações cruciais, considerando como os agentes locais dessa região, especialmente os sharifas de Meca, perceberam, responderam e moldaram as dinâmicas do Oceano Índico em um momento de reconfiguração do poder otomano, da expansão portuguesa e das mobilidades islâmicas transoceânicas (p. 95).

2 Região ocidental da Arábia Saudita, banhada pelo mar Vermelho, e que se estende desde Haql, no golfo de Aqaba, até Jizan. Sua principal cidade é Jeddah, mas a área é mais conhecida por também abrigar Meca e Medina, cidades santas do Islã.

A análise é sutil ao revelar que o domínio otomano sobre o Hejaz não foi consolidado de forma abrupta, mas passou por fórmulas ambíguas de sujeição, nas quais a autoridade do sultão otomano era reconhecida formalmente, mas a administração cotidiana e o controle simbólico do Hajj permaneciam nas mãos dos sharifas (p. 102). A longa seção dedicada dinastia sharifiana demonstra a capacidade desses líderes locais de utilizarem sua ancestralidade profética e a centralidade religiosa de Meca e Medina como capital político e simbólico. Os sharifas tanto controlavam o Hajj como também atuavam no papel de intermediários entre o mundo islâmico disperso e os novos soberanos imperiais, por meio de uma política de equilíbrio em que ora cortavam os otomanos, ora mantinham vínculos com outros centros islâmicos, como o Iêmen zaydista, os emirados sufi do Magrebe ou mesmo a distante Índia muçulmana (p. 106). Particularmente relevantes são os episódios em que emissários sharifanos buscaram apoio econômico e militar fora da esfera otomana, o que revela que a lealdade a Istambul era

frequentemente contingente e instrumental.

Outro detalhe enfatizado no segundo capítulo é que os sharifas estavam atentos às disputas confessionais e jurídicas no mundo islâmico, utilizando sua posição para arbitrar ou se beneficiar das rivalidades entre diferentes escolas sunitas (pp. 108-109). Isso possibilitou que a circulação de manuscritos – tratados de fiqh, obras sufi, comentários corânicos – fosse intensa, muitas vezes associada ao comércio e ao Hajj. Desse modo, Subrahmanyam destaca que a influência indiana era significativa na região, pois estudiosos do Gujarat e do Deccan frequentemente lecionavam ou estudavam no Hejaz, levando de volta ideias e prestígio ao subcontinente indiano. O saber circulava em formatos orais, manuscritos e performativos (como o debate jurídico), e essa circulação era também um instrumento de capital simbólico transregional (p. 127). Nesse sentido, é realizada uma operação historiográfica de grande densidade, na qual se transforma uma região tradicionalmente tratada como “sagrada” e “estática” em um agente dinâmico, pragmático e profundamente conectado às lógicas

transoceânicas do século XVI. Subrahmanyam mobiliza uma variedade rica de fontes – correspondências, crônicas árabes, registros otomanos, relatos de peregrinação, tratados sufi – para reconstruir uma visão do Hejaz como espaço de mediação, negociação e vigilância imperial. Essa abordagem é exemplar por combinar erudição filológica, sofisticação analítica e ousadia metodológica, ao destacar a importância dos sharifas de Meca não como “aliados locais” de um império, mas como soberanos em constante renegociação, propondo uma leitura alternativa para a história política islâmica no Índico, o que se constitui em importante contribuição ao campo da história conectada e da crítica à centralidade imperial como princípio organizador da história global.

O deslocamento historiográfico construído no terceiro capítulo, “The Afro-Indian Axis” (pp. 133-159), tanto geográfico quanto paradigmático. Nele, Subrahmanyam propõe um rumo significativamente diverso das abordagens tradicionais da história do Oceano Índico, ao focar na “ligação afro-índica” – um eixo de conectividade que, para ele, tem sido subestimado pela historiografia, ao deixar de

explorar os entrelaçamentos históricos entre as costas orientais da África e as regiões do oeste da Índia – sobretudo Gujarat, Malabar e Deccan –, examinando tanto os fluxos de pessoas quanto as interações políticas, comerciais e culturais que caracterizaram o século XVI (p. 133). Assim, são contestados frontalmente os modelos dicotômicos que separavam África e Ásia como esferas distintas de análise histórica, ao mesmo tempo em que é proposto se pensar o Oceano Índico como um sistema interativo de eixos transversais, nos quais a circulação era impulsionada por uma multiplicidade de agentes – mercadores, religiosos, governantes locais, escravizados, soldados – e por lógicas simultaneamente econômicas, simbólicas e imperiais (p. 134). O “eixo afro-índico” não é, desse modo, uma metáfora geográfica, pois se constitui em uma chave historiográfica para repensar o estar-no-mundo de sujeitos e coletivos tradicionalmente invisibilizados.

Nesse capítulo, o autor também dedica uma seção importante à análise das estratégias portuguesas para minar o eixo afro-índico, visto como obstáculo à hegemonia lusitana no

comércio entre a costa oriental africana e do subcontinente indiano. A fundação de fortalezas em Sofala, Moçambique e Mombasa, por exemplo, visava controlar o comércio de ouro e escravizados, mas também, e principalmente, interromper as rotas transversais entre rica endia (p. 153). Os portugueses, contudo, ao mesmo tempo em que tentavam impedir o fluxo aro-índico, também utilizavam agentes africanos como intérpretes, marinheiros e soldados. Em Goa, é documentada a presença de africanos servindo nos exércitos e nas missões jesuíticas, o que revela as ambivalências da política imperial: o uso da expressão “mouros de pele preta” nos relatos portugueses ilustra a carga racializada das representações e também a dificuldade em categorizar sujeitos que escapavam ao dualismo cristão-muçulmano (p. 154).

Há que se notar que um dos pontos altos dessa seção é a riqueza de fontes utilizadas – crônicas árabes, relatos portugueses, arquivos persas e estudos antropológicos – que, combinadas com uma abordagem crítica que evita exotizações ou heroísmos fáceis, joga a ênfase sobre a ambiguidade da agência africana, sobre a pluralidade do Islã sufi e também a porosidade das práticas

comerciais, revelando uma história do Índico muito mais complexa e distribuída do que os modelos tradicionais supunham, contribuindo de maneira decisiva para desracializar e desimperializar o entendimento daquele contexto, ao restituir às populações africanas seu papel como sujeitos históricos plenos, cujas ações moldaram efetivamente os destinos de regiões tão distantes como o Deccan, o Gujarat e o Malabar.

No quarto e último capítulo, “The view from Surat” (pp. 161-202), Subrahmanyam apresenta uma das análises mais densas e provocativas de *Across the Green Sea*, tomando como eixo central a cidade portuária de Surat para investigar as relações entre comércio, cultura e cosmopolitismo no Oceano Índico dos séculos XVI e XVII. O que é entregue ao leitor não é apenas uma simples narrativa de fatos ou uma crônica descritiva, mas uma reflexão crítica pautada pela micro-história e pela história conectada: Surat aparece enquanto centro comercial e político, sendo entendida como uma síntese exemplar do fenômeno cosmopolita no contexto colonial e mundializado da Modernidade no Índico. Por isso mesmo, são analisadas as origens da

cidade enquanto centro comercial a partir do século XVI, ao mesmo tempo em que são examinadas as sucessivas tentativas encetadas pelos portugueses para controlá-la e dominá-la – especialmente nas expedições de 1530, 1546 e 1560 –, destacando como a fortaleza de Khudawand Khan se tornou ao mesmo tempo uma defesa contra ataques europeus e uma representação simbólica e prática do poder local e da autonomia comercial (pp. 168-175). Para Subrahmanyam, as complexas alianças e tensões entre os diferentes atores locais – gujaratis, otomanos, mughals e mercadores de diferentes origens – evidencia uma dinâmica em que o cosmopolitismo é visto como algo para além de uma simples coexistência harmônica, baseado em uma teia de relações frequentemente tensas e conflituosas, pautadas por interesses mercantis, rivalidades políticas e negociações culturais.

Desse modo, o eixo norteador desse capítulo é a análise das relações comerciais intensas e complexas que ligavam Surat a uma ampla rede no Oceano Índico, abrangendo o Oriente Médio, o Sudeste Asiático e a Europa, e que permite perceber como tais redes comerciais não podem ser

reduzidas à lógica europeia de “descoberta e dominação” e precisam ser pensadas como uma malha de relações horizontais e multiculturais, nas quais diferentes comunidades mercantis – hindu, muçulmana, judia, armênia e europeia – conviviam e negociavam, não raro adaptando suas práticas e instituições para garantir uma comunicação e uma prática comercial eficaz (pp. 180-190). Assim, ao evidenciar as tensões e complexidades de Surat enquanto centro comercial e político, Subrahmanyam oferece uma crítica necessária às concepções tradicionais e eurocêtricas de cosmopolitismo e de história global, quando destaca a importância de uma metodologia interdisciplinar e crítica para a compreensão de uma região tão vital para a história global como o Oceano Índico nos séculos XVI e XVII, revelando que as forças do comércio e da troca cultural não devem ser interpretadas como simples extensões do imperialismo europeu, mas como forças autônomas, locais e adaptáveis às complexidades específicas de cada região.

Finalmente, em “A Conclusion: Toward Polyphonic Histories” (pp. 203-215), Subrahmanyam observa que nas últimas duas gerações de histo-

riadores floresceu uma vasta produção dedicada a esta área que, contudo, ainda está marcada por uma segmentação tanto temática (entre Europa e Ásia) como temporal (séculos XVI e XVII), sendo frequentemente pautada por uma visão demasiadamente eurocêntrica (pp. 203-204). Em seu entendimento, são abordagens limitadas, centradas exclusivamente em fontes europeias, que se mostram insuficientes para capturar as complexas interações e percepções locais no Oceano Índico. A crítica se estende também às opções analíticas assumidas pela historiografia dominante, que privilegia uma narrativa linear e simplificada, alicerçada nas premissas da expansão europeia e das “descobertas”.

Em síntese, Subrahmanyam não poupa as fontes europeias de críticas, ao afirmar que as crônicas portuguesas, por exemplo, não se constituem em verdades absolutas e que devem ser vistas como testemunhos de uma percepção eurocêntrica e pautada por uma agenda política e comercial de iníqua, por vezes imbricada com a violência e a pilhagem (pp. 205-208).

Em outras palavras, o que há no arremate do livro é a defesa de uma prática historiográfica que destaque as fraturas e contradições internas inerentes às próprias fontes, sejam elas relatos de cronistas ingleses como Sir Robert Sherley (c. 1581-1628) ou narrativas anônimas de origem persa, de modo a revelar tensões não captadas por uma única matriz documental. Historiadores como o indiano Kirti N. Chaudhuri (1934-), para Subrahmanyam, tinham a ambição de oferecer uma visão abrangente e integrada da história do Índico, que acabou por sacrificar densidade e especificidade empírica, resultando em análises superficiais e pautadas por uma lógica teleológica (pp. 211-212). Portanto, a crítica construída a essas abordagens, mesmo aquelas produzidas por historiadores asiáticos ou africanos, não se circunscreve ao método, mas aponta para suas limitações e para as possibilidades conceituais e epistemológicas de uma historiografia renovada, voltada à compreensão das relações entre comunidades mercantis, forças imperiais e culturas locais a partir de novos parâmetros historiográficos.

A importância de *Across the Green Sea*, enfim, reside no modo como Subrahmanyam desmonta as fronteiras conceituais e espaciais associadas à história do Índico moderno. Sua crítica expõe as fraturas e tensões não captadas por uma historiografia pautada no privilégio exclusivo de fontes europeias e em categorias imperiais fixas, emergindo uma prática analítica inter-disciplinar, sensível às especificidades locais e às dissonâncias não reconciliadas pelos esquemas tradicionais. A originalidade do livro é evidenciada pela recusa de sínteses lineares e pela atenção às múltiplas temporalidades e comunidades mercantis que habitaram e tensionaram as rotas e instituições do Índico, operando uma representação

que ao contrário de ser totalizadora, constrói uma revisão conceitual problematizadora, que reafirma a importância de se ler as fontes para além de uma matriz única, ampliando as fronteiras interpretativas e reposicionando as forças locais no centro do entendimento histórico.

Carla Mary S. Oliveira  

Universidade Federal da Paraíba

doi: 10.9771/aa.v0i72.72007